

Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2000, que "acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal".

REQUERIMENTO N° , DE DE DEZEMBRO DE 2013

(Do Sr. SARNEY FILHO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação dos índios instalados em Terras Indígenas demarcadas.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a situação dos índios instalados em Terras Indígenas demarcadas.

Para tanto, como forma de enriquecer o debate, sugerimos que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Representante da FUNAI;
- Representante da Associação Brasileira de Antropologia;
- Ricardo Verdun – Professor da UnB;
- Sr. Conrado R. Octávio – do CTI – Centro de Trabalho Indigenista;
- Representante de índios instalados em TI;

JUSTIFICAÇÃO

Conforme a Funai, “no Brasil vivem 817 mil índios, distribuídos entre 688 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas. Há também 82 referências de grupos indígenas não-contatados, das quais 32 foram confirmadas”.

Os proprietários rurais alegam que os índios instalados em Terra Indígena vivem em situação de miséria e que seria bem melhor para eles adotarem uma “atividade produtiva”. Entendem os proprietários rurais que as

CD132679867532

CD132679867532

TIs impedem o avanço da agropecuária e que o Governo deveria sustar a criação de novas.

Por sua vez, outros setores da sociedade argumentam que a terra pertence originalmente aos índios e que o modo de vida deles não pode ser comparado com o nosso. Não se poderia cobrar “atividades produtivas” de quem se instala na natureza como parte dela e não tem a visão capitalista que nós temos.

O fato é que este debate é o pano de fundo da PEC 215 e suas apensadas. A PEC 215 foi apresentada pelos representantes do setor agropecuário, porque estes acreditam que não tem sentido “dar terra aos índios” quando no lugar poderíamos ter mais produção rural.

Nosso entendimento é de que não tem sentido discutir a PEC 215 sem discutir a situação dos índios nas terras demarcadas e o modo de vida que eles adotam. O debate não é sobre a densidade demográfica ou a dimensão da Terra Indígena, mas sobre a relação antropológica estabelecida entre eles e o meio ambiente, e também se convém ou não criar novas TIs.

Assim solicito aos nobres pares o apoio necessário para aprovação desse requerimento.

Sala das Comissões, de dezembro de 2013.

DEP. SARNEY FILHO

PV-MA

CD132679867532

CD132679867532